

Q1.

Considere as seguintes assertivas a respeito dos serviços administrativos:

I. Para a aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria é competente o Presidente do Tribunal.

II. O Tribunal destinará, no mínimo, oitenta por cento dos cargos em comissão para serem exercidos por

Servidores que integram as carreiras judiciárias.

III. O Servidor, sendo punido, poderá pedir reconsideração ou recorrer à autoridade imediatamente superior, em trinta dias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II.
- D) II e III.
- E) III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Português / Ortografia oficial

Q2.

Com 1.445 verbetes listados sob "ironia" na MLA Bibliografy de uma única década, por que o mundo precisaria de um outro livro sobre ironia? E essa listagem conta apenas uma parte da história – a parte literária: esse tópico tem sido abordado por especialistas em áreas tão diversas quanto linguística e ciências políticas, sociologia e história, estética e religião, filosofia e retórica, psicologia e antropologia. A ironia tem sido sempre localizada e estudada em literatura, artes visuais, música, dança, teatro, exposições de museu, conversas e argumentação filosófica, e essa lista pode crescer muito mais. Mesmo concordando que a maioria desses 1.445 verbetes são de artigos sobre "ironia em..." algum texto ou obra de algum artista, a quantidade de energia gasta ao se tentar compreender como e por que as pessoas escolhem se expressar dessa maneira bizarra continua a me espantar. Parece haver uma fascinação com a ironia – que eu obviamente também sinto – quer ela seja considerada um tropo retórico, quer um modo de ver o mundo.

Obs.: tropo retórico = figura de linguagem

(HUTCHEON, Linda. A "cena" da ironia, em Teoria e política da ironia. Trad. Julio Jeha. UFMG: Belo Horizonte, 2000. p. 15)

... por que as pessoas escolhem se expressar dessa maneira bizarra...

O segmento destacado acima está grafado em conformidade com a norma-padrão escrita, o que também ocorre com o destacado na alternativa:

- A) As pessoas escolhem se expressar dessa maneira bizarra por quê.
- B) Você pode me informar o por quê dessa discussão.
- C) Saiu correndo e quando lhe perguntaram porque não quis explicar nada.
- D) Fazia muito uso da ironia por que muitos de seus colegas escolhiam se expressar dessa maneira bizarra.
- E) O modo porque ela demonstrava seu afeto era sempre apreciado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Português / Acentuação gráfica

Q3.

Entre as frases que seguem, a única correta é:

- A) Ele se esqueceu de que?
- B) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.

- C) Embora deveríamos, não fomos excessivos nas críticas.
- D) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
- E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Português / Flexão nominal e verbal

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª CATEGORIA / SEFAZ/RJ / 2014 / FCC

Q4.

[Ponderando o julgamento]

As leis não podem deixar de ressentir-se da fraqueza dos homens. Elas são variáveis como eles.

Algumas, nas grandes nações, foram ditadas pelos poderosos com o fim de esmagar os fracos. Eram tão equívocas que mil intérpretes se apressaram a comentá-las; e, como a maioria só fez sua glosa como quem executa um ofício para ganhar algum dinheiro, acabou o comentário sendo mais obscuro que o texto. A lei transformou-se numa faca de dois gumes que degola tanto o inocente quanto o culpado. Assim, o que devia ser a salvaguarda das nações transformou-se tão amiúde em seu flagelo que alguns chegaram a perguntar se a melhor das legislações não consistiria em não se ter nenhuma.

Examinemos a questão. Se vos moverem um processo de que dependa vossa vida, e se de um lado estiverem as compilações de juristas sabidos e prepotentes, e de outro vos apresentarem vinte juizes pouco eruditos mas que, sendo anciãos isentos das paixões que corrompem o coração, estejam acima das necessidades que o aviltam, digei-me: por quem escolheríeis ser julgados, por aquela turba de palradores orgulhosos, tão interesseiros quanto ininteligíveis, ou pelos vinte ignorantes respeitáveis?

(VOLTAIRE. O preço da justiça. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 7-8)

O verbo entre parênteses, para vir a integrar adequadamente a frase, deverá flexionar-se concordando com o elemento sublinhado em:

- A) **Ao admitir que a ignorância e a respeitabilidade são qualidades que (poder)** alcançar conciliação. Voltaire revela seu lado democrático.
- B) **Nunca (ter)** faltado a Voltaire, em relação às leis que analisava, disposição para tornar sua aplicação o mais justa possível.
- C) **Não se (atribuir)** apenas ao pobre rábula os prejuízos que recaem sobre os mais fracos; também os eruditos sejam responsabilizados.
- D) **Devido à má aplicação das leis, problema que a muitos juristas (p arecer)** incontornável, houve quem pensasse em aboli-las por completo.
- E) **Voltaire entende que os anciãos, aos quais não (costumar)** faltar a experiência dos anos, são mais imunes às paixões que corrompem o coração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Português / Concordância nominal e verbal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 16ª / 2014 / FCC

Q5.

Introduzido no Brasil nos primeiros anos de vida republicana, o velho e bretão football foi apropriado por toda a sociedade e, sendo rebatizado no Brasil como "futebol", virou uma paixão nacional e um acontecimento festejado e amado pelo povo.

Embora tivesse a chancela colonial de tudo o que vinha de fora, o futebol sofreu muitos ataques em nome de um nacionalismo que se pensava frágil como porcelana. E, no entanto, canibalizamos e digerimos o "football", roubando-o dos ingleses. Hoje, há um estilo brasileiro de jogar e produzir esse esporte. De elemento capaz de desvirtuar, ao lado da música e do cinema americanos, o estilo de vida e a língua pátria, o futebol acabou servindo como um instrumento básico de reflexão sobre o Brasil. O sucesso futebolístico foi o nosso primeiro instrumento de autoestima diante dos países "adiantados" e inatingíveis.

Como prova do imprevisível destino das coisas sociais, o futebol não veio confirmar a dominação colonial. Pelo contrário, ele nos fez colonizadores.

A relação entre povo e futebol tem sido tão profunda e produtiva por aqui, que muitos brasileiros se esquecem de que o futebol foi inventado na Inglaterra e pensam que ele é, como o samba e a feijoada, um produto brasileiro. Provavelmente,

conforme muitos têm acentuado, porque é uma atividade que indubitavelmente promove sentimentos básicos de identidade individual e coletiva entre nós.

Talvez o futebol possa ser tudo isso porque ele é um esporte dotado de uma vocação complexa que permite entendê-lo e vivê-lo simultaneamente de muitos pontos de vista. Assim, embora o futebol seja uma atividade moderna, um espetáculo pago, produzido e realizado por profissionais da indústria cultural, ele, não obstante, também orquestra componentes cívicos básicos, identidades sociais importantes, valores culturais profundos e gostos individuais singulares. O seu maior papel foi o de ensinar democracia. Foi o de revelar com todas as letras que não se ganha sempre e que o mundo é instável como uma bola. Perder e vencer, ensina o futebol, fazem parte de uma mesma moeda.

(Adaptado de DAMATTA, Roberto. Trechos dos ensaios “O futebol como filosofia” e “Antropologia do óbvio”. Disponíveis em estadao.com.br e usp.br/revistausp. Acesso em 10/05/2014)

Antigamente, a forma de jogar de um time uma década. Vários jogadores entravam e saíam, mas alguma coisa, uma verdade de fundo, parecida com aquela que num artista podemos chamar de “estilo”. Isso definitivamente nos anos 90.

(Adaptado de DAMATTA, Roberto. Trechos dos ensaios “O futebol como filosofia” e “Antropologia do óbvio”. Disponíveis em estadao.com.br e usp.br/revistausp. Acesso em 10/05/2014)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- A) durou - permanece - terminasse.
- B) durava - permanecia - termina.
- C) durara - permanecera - terminaria.
- D) durava - permanece - terminara.
- E) durou - permanecesse - terminava.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Português / Regência nominal e verbal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q6.

Ler um livro é desinteressar-se a gente deste mundo comum e objetivo para viver noutro mundo. A janela iluminada noite adentro isola o leitor da realidade da rua, que é o sumidouro da vida subjetiva. Árvores ramalham. De vez em quando passam passos. Lá no alto estrelas teimosas namoram inutilmente a janela iluminada. O homem, prisioneiro do círculo claro da lâmpada, apenas ligado a este mundo pela fatalidade vegetativa do seu corpo, está suspenso no ponto ideal de uma outra dimensão, além do tempo e do espaço. No tapete voador só há lugar para dois passageiros: Leitor e autor.

O leitor ingênuo é simplesmente ator. Quero dizer que, num folhetim ou num romance policial, procura o reflexo dos seus sentimentos imediatos, identificando-se logo com o protagonista ou herói do romance. Isto, aliás, se dá mais ou menos com qualquer leitor, diante de qualquer livro; de modo geral, nós nos lemos através dos livros.

Mas no leitor ingênuo, essa lei dos reflexos toma a forma de um desinteresse pelo livro como obra de arte. Pouco importa a impressão literária, o sabor do estilo, a voz do autor. Quer divertir-se, esquecer as pequenas misérias da vida, vivendo outras vidas desencadeadas pelo bovarismo da leitura. E tem razão. Há dentro dele uma floração de virtualidades recalçadas que, não encontrando desimpedido o caminho estreito da ação, tentam fugir pela estrada larga do sonho.

Assim éramos nós então, por não sabermos ler nas entrelinhas. E daquela primeira fase de educação sentimental, que parecia inevitável como as espinhas, passava quase sempre o

jovem monstro para uma crise de hipercrítica. Devido à necessidade de um restabelecimento de equilíbrio, o excesso engendrava o excesso contrário. A pouco e pouco os românticos perdiam terreno em proveito dos naturalistas. Dava-se uma verdadeira subversão de valores na escala da sensibilidade e a fantasia comprazia-se em derrubar os antigos ídolos. Formava-se muitas vezes, coincidindo com manifestações mórbidas que são do domínio da psicanálise, um pedantismo da clarividência, tão nocivo como a intemperança imaginosa ou sentimental, e talvez mais ingênuo, pois refletia um ressentimento de namorado ainda ferido nas suas primeiras ilusões.

(Adaptado de: MEYER, Augusto. "Do Leitor", In: À sombra da estante, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 11-19)

... esquecer as pequenas misérias da vida...

Quero dizer que, num folhetim ou num romance...

... os românticos perdiam terreno em proveito dos naturalistas.

Com as alterações necessárias, na ordem dada, os complementos verbais dos segmentos acima são corretamente substituídos por pronomes em:

- A) esquecer-lhes – dizer-lhes – perdiam-lhes
- B) esquecer-las – dizê-lo – perdiam-no
- C) esquecer-la – dizê-los – perdiam-nos
- D) esquecer-las – dizer-lhes – perdiam-no
- E) esquecer-lhes – dizê-los – perdiam-no

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Português / Pronomes: emprego, colocação e formas de tratamento

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 12ª / 2013 / FCC

Q7.

As certezas sensíveis dão cor e concretude ao presente vivido. Na verdade, porém, o presente vivido é fruto de uma sofisticada mediação. O real tem um quê de ilusório e virtual.

Os órgãos sensoriais que nos ligam ao mundo são altamente seletivos naquilo que acolhem e transmitem ao cérebro. O olho humano, por exemplo, não é capaz de captar todo o espectro de energia eletromagnética existente. Os raios ultravioleta, situados fora do espectro visível do olho humano, são, no entanto, captados pelas abelhas.

Seletividade análoga preside a operação dos demais sentidos: cada um atua dentro de sua faixa de registro, ainda que o grau de sensibilidade dos indivíduos varie de acordo com idade, herança genética, treino e educação. Há mais coisas entre o céu e a terra do que nossos cinco sentidos – e todos os aparelhos científicos que lhes prestam serviços – são capazes de detectar.

Aquilo de que o nosso aparelho perceptivo nos faz conscientes não passa, portanto, de uma fração diminuta do que há. Mas o que aconteceria se tivéssemos de passar a lidar subitamente com uma gama extra e uma carga torrencial de percepções sensoriais (visuais, auditivas, táteis etc.) com as quais não estamos habituados? Suponha que uma mutação genética reduza drasticamente a seletividade natural dos nossos sentidos. O ganho de sensibilidade seria patente. "Se as portas da percepção se depurassem", sugeria William Blake, "tudo se revelaria ao homem tal qual é, infinito".

O grande problema é saber se estaríamos aptos a assimilar o formidável acréscimo de informação sensível que isso acarretaria. O mais provável é que essa súbita mutação – a desobstrução das portas e órgãos da percepção – produziu não a revelação mística imaginada por Blake, mas um terrível engarrafamento cerebral: uma sobrecarga de informações acompanhada de um estado de aguda confusão e perplexidade do qual apenas lentamente conseguiríamos nos recuperar. As informações sensíveis a que temos acesso, embora restritas, não comprometeram nossa sobrevivência no laboratório da vida. Longe disso. É a brutal seletividade dos nossos sentidos que nos protege da infinita complexidade do Universo. Se o muro desaba, o caos impera.

(Adaptado de: Eduardo Gianetti, O valor do amanhã, São Paulo, Cia. das Letras, 2010, p. 139-143)

A frase em que o elemento sublinhado NÃO é um pronome está em:

- A) As informações sensíveis a que temos acesso...
- B) Mas o que aconteceria se tivéssemos de passar a lidar....
- C) O mais provável é que essa súbita mutação...
- D) ... uma fração diminuta do que há.
- E) Os órgãos sensoriais que nos ligam ao mundo....

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Português / Emprego de tempos e modos verbais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q8.

Texto I

O canto das sereias é uma imagem que remonta às mais luminosas fontes da mitologia e da literatura gregas. As versões da fábula variam, mas o sentido geral da trama é comum.

As sereias eram criaturas sobre-humanas. Ninfas de extraordinária beleza, viviam sozinhas numa ilha do Mediterrâneo, mas tinham o dom de chamar a si os navegantes, graças ao irresistível poder de sedução do seu canto. Atraídos por aquela melodia divina, os navios batiam nos recifes submersos da beira-mar e naufragavam. As sereias então devoravam impiedosamente os tripulantes.

Doce o caminho, amargo o fim. Como escapar com vida do canto das sereias? A literatura grega registra duas soluções vitoriosas. Uma delas foi a saída encontrada por Orfeu, o incomparável gênio da música e da poesia.

Quando a embarcação na qual ele navegava entrou inadvertidamente no raio de ação das sereias, ele conseguiu impedir a tripulação de perder a cabeça tocando uma música ainda mais sublime do que aquela que vinha da ilha. O navio atravessou incólume a zona de perigo.

A outra solução foi a de Ulisses. Sua principal arma para vencer as sereias foi o reconhecimento franco e corajoso da sua fraqueza e da sua falibilidade – a aceitação dos seus inescapáveis limites humanos.

Ulisses sabia que ele e seus homens não teriam firmeza para resistir ao apelo das sereias. Por isso, no momento em que a embarcação se aproximou da ilha, mandou que todos os tripulantes tapassem os ouvidos com cera e ordenou que o amarrassem ao mastro central do navio. O surpreendente é que Ulisses não tapou com cera os próprios ouvidos – ele quis ouvir. Quando chegou a hora, Ulisses foi seduzido pelas sereias e fez de tudo para convencer os tripulantes a deixarem-no livre para ir juntar-se a elas. Seus subordinados, contudo, cumpriram fielmente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo.

Orfeu escapou das sereias como divindade; Ulisses, como mortal. Ao se aproximar das sereias, a escolha diante do herói era clara: a falsa promessa de gratificação imediata, de um lado, e o bem permanente do seu projeto de vida – prosseguir viagem, retornar a Ítaca, reconquistar Penélope –, do outro. A verdadeira vitória de Ulisses foi contra ele mesmo. Foi contra a fraqueza, o oportunismo suicida e a surdez delirante que ele soube reconhecer em sua própria alma.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Auto-engano. São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Formato eBook)

Estão flexionados nos mesmos tempo e modo os verbos que se encontram em:

- A) ... os navios batiam nos recifes submersos da beiramar... / ... a escolha diante do herói era clara...
- B) Quando chegou a hora... / As versões da fábula variam...
- C) ... que ele e seus homens não teriam firmeza... / ... que todos os tripulantes tapassem os ouvidos...
- D) ... e fez de tudo para... / ... até que estivessem longe da zona de perigo.
- E) Ulisses sabia que ele e seus homens... / O navio atravessou incólume a zona de perigo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Português / Vozes do verbo

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q9.

Ler um livro é desinteressar-se a gente deste mundo comum e objetivo para viver noutro mundo. A janela iluminada noite adentro isola o leitor da realidade da rua, que é o sumidouro da vida subjetiva. Árvores ramalham. De vez em quando passam passos. Lá no alto estrelas teimosas namoram inutilmente a janela iluminada. O homem, prisioneiro do círculo claro da lâmpada, apenas ligado a este mundo pela fatalidade vegetativa do seu corpo, está suspenso no ponto ideal de uma outra dimensão, além do tempo e do espaço. No tapete voador só há lugar para dois passageiros: Leitor e autor.

O leitor ingênuo é simplesmente ator. Quero dizer que, num folhetim ou num romance policial, procura o reflexo dos seus sentimentos imediatos, identificando-se logo com o protagonista ou herói do romance. Isto, aliás, se dá mais ou menos com qualquer leitor, diante de qualquer livro; de modo geral, nós nos lemos através dos livros.

Mas no leitor ingênuo, essa lei dos reflexos toma a forma de um desinteresse pelo livro como obra de arte. Pouco importa a impressão literária, o sabor do estilo, a voz do autor. Quer divertir-se, esquecer as pequenas misérias da vida, vivendo outras vidas desencadeadas pelo bovarismo da leitura. E tem razão. Há dentro dele uma floração de virtualidades recalçadas que, não encontrando desimpedido o caminho estreito da ação, tentam fugir pela estrada larga do sonho.

Assim éramos nós então, por não sabermos ler nas entrelinhas. E daquela primeira fase de educação sentimental, que parecia inevitável como as espinhas, passava quase sempre o jovem monstro para uma crise de hipercrítica. Devido à necessidade de um restabelecimento de equilíbrio, o excesso engendrava o excesso contrário. A pouco e pouco os românticos perdiam terreno em proveito dos naturalistas. Dava-se uma verdadeira subversão de valores na escala da sensibilidade e a fantasia comprazia-se em derrubar os antigos ídolos. Formava-se muitas vezes, coincidindo com manifestações mórbidas que são do domínio da psicanálise, um pedantismo da clarividência, tão nocivo como a intemperança imaginosa ou sentimental, e talvez mais ingênuo, pois refletia um ressentimento de namorado ainda ferido nas suas primeiras ilusões.

(Adaptado de: MEYER, Augusto. "Do Leitor", In: À sombra da estante, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 11-19)

O segmento que pode ser transposto para a voz passiva encontra-se em:

- A) O leitor ingênuo é simplesmente ator.
- B) Há dentro dele uma floração de virtualidades recalçadas...
- C) ... educação sentimental, que parecia inevitável como as espinhas...
- D) De vez em quando passam passos.
- E) ... de modo geral, nós nos lemos através dos livros.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Português / Emprego do sinal indicativo de crase

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 19ª / 2014 / FCC

Q10.

Sentava-se mais ou menos distância de cinco metros do professor, sem grande interesse. Estudava de manhã, e tardes passava perambulando de uma praça outra, lendo algum livro, percebendo, vez ou outra, o comportamento dos outros, entregue somente discrição de si mesmo.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- A) a – às – à – a.
- B) à – as – a – à.
- C) a – as – à – a.
- D) à – às – a – à.
- E) a – às – a – a.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Português / Pontuação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q11.

Quando se olha para o que aconteceu no cenário cultural brasileiro durante a última década e meia, não há como escapar do impacto da tecnologia. Ela possibilitou a reorganização dos universos da música, dos filmes e dos livros. Motivou igualmente o surgimento das mídias sociais e das megaempresas que as gerenciam, além de democratizar e ampliar a produção em todas as áreas. Nunca se produziu tanto como agora. As inovações tecnológicas modificaram completamente o debate sobre cultura, trazendo, para os próximos anos, ao menos três questões centrais. A primeira é a tensão entre as formas ampliadas de criatividade e os contornos cada vez mais restritos dos direitos autorais. Com a tecnologia, gerou-se um contingente maciço de novos produtores de conteúdo. Isso faz com que os limites do que chamamos “cultura” fiquem permanentemente sujeitos a contínuas “invasões bárbaras”, vindas dos recantos mais inusitados. Vez por outra, alguns casos simbólicos extraem essas tensões do cotidiano no qual elas ocorrem e as colocam num contexto jurídico, em que uma decisão precisa ser tomada.

O outro tema é o permanente conflito entre passado e futuro, exacerbado pela atual revolução tecnológica. Em seu livro mais recente, *Retromania*, o escritor e crítico inglês Simon Reynolds afirma que nosso atual uso da tecnologia, em vez de apontar novos caminhos estéticos, está criando um generalizado pastiche do passado. Vivemos num mundo onde todo legado cultural está acessível a apenas um clique. Uma das respostas inteligentes à provocação de Reynolds vem dos proponentes da chamada “nova estética”, como o designer inglês James Bridle: para eles, mesmo sem perceber com clareza, estamos desenvolvendo novos modos de representar a realidade, em que o

“real” mistura-se cada vez mais a sucessivas camadas virtuais. O mundo está cheio de novidades. É só reeducar o olhar para enxergá-las, algo que Reynolds ainda não teria feito. A tese de Reynolds abre caminho para o terceiro ponto. Na medida em que “terceirizamos” nossa memória para as redes em que estamos conectados (a nuvem), ignoramos o quanto o suporte digital é efêmero. Não existe museu nem arquivo para conservar essas memórias coletivas. Artefatos digitais culturais se evaporam o tempo todo e se perdem para sempre: são deletados, ficam obsoletos ou tornam-se simplesmente inacessíveis. Apesar de muita gente torcer o nariz à menção do Orkut, a “velha” rede social é talvez o mais rico e detalhado documento do período 2004-2011 no Brasil, já que registrou em suas infinitas comunidades a ascensão da classe C e a progressão da inclusão digital. No entanto, basta uma decisão do Google para tudo ficar inalcançável.

(Adaptado de Ronaldo Lemos. Bravo! outubro de 2012, edição especial de aniversário, p. 26)

O segmento introduzido pelos dois-pontos, no 3º parágrafo,

- A) *comprova a importância do nosso atual uso da tecnologia*, que valoriza as conquistas do passado, reproduzindo-as, em vez de apontar novos caminhos estéticos.
- B) *retoma o ponto de vista de Reynolds, no sentido de que todo legado cultural está acessível a apenas um clique* e, portanto, a cultura se volta sempre para o passado.
- C) *expõe o argumento de que se valem os proponentes da chamada “nova estética”*, no sentido de esclarecer seu ponto de vista.
- D) *critica as facilidades de acesso características das redes virtuais, que permitem um generalizado pastiche do passado*.
- E) *alude à impossibilidade de renovação de todo legado cultural* que, atualmente, está se tornando mais acessível nas mídias sociais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Português / Sintaxe da oração e do período

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q12.

Você acredita no amor romântico? Alguns dirão que pessoas maduras sabem que o amor não existe. Outros, que é diferente de paixão, sendo esta passageira, enquanto o amor seria algo mais sólido, dado a parcerias de longa duração. O tema nos encanta, apesar de alguns teóricos afirmarem que o amor é mera invenção da literatura europeia medieval, universalizada, de modo equivocado, pelos autores românticos dos séculos 19 e 20.

(Adaptado de: Luiz Felipe Pondé. Folha de S. Paulo, 11/02/2013)

... enquanto o amor seria algo mais sólido, dado a parcerias de longa duração.

Considerando-se o contexto, no segmento acima há uma

- A) concessão.
- B) indicação de finalidade.
- C) comparação.
- D) contradição.
- E) indicação de causa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Q13.

Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:

- A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
- B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
- C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
- D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
- E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Português / Compreensão e interpretação de textos

Q14.

Em razão do aumento progressivo da concentração de gases do efeito estufa e de alterações no uso do solo, o clima no Brasil do final do século XXI será provavelmente bem diferente do atual, a exemplo do que deverá ocorrer em outras partes do planeta. As projeções indicam que a temperatura média em todas as grandes regiões do país, sem exceção, será de 3° a 6° mais elevada em 2100 do que no final do século XX, a depender do padrão futuro das emissões desses gases.

As chuvas devem apresentar um quadro mais complexo. Em biomas como a Amazônia e a caatinga, a quantidade estimada poderá ser 40% menor. Nos pampas, há uma tendência de que ocorra o inverso, com um aumento de cerca de um terço nos índices gerais de pluviosidade ao longo deste século. Nas demais áreas do Brasil, os modelos climáticos também indicam cenários com modificações preocupantes, mas o grau de confiabilidade dessas projeções é menor. Ainda assim, há indícios de que poderá chover significativamente mais nas porções de mata atlântica do Sul e do Sudeste e menos na do Nordeste, no cerrado, na caatinga e no pantanal.

O cenário apresentado indica que os brasileiros vão conviver tanto com mais períodos de seca prolongada como de chuva forte, às vezes um após o outro. Isso sem considerar a possibilidade do aparecimento de fenômenos com grande potencial de destruição, antes raros no país, como o furacão que atingiu a costa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em março de 2004. Nas grandes áreas metropolitanas, e mesmo em cidades de médio porte, o avanço do concreto e do asfalto intensifica o efeito ilha urbana de calor, tornando-as mais quentes e alterando seu regime de chuvas.

Esse quadro faz parte do mais completo diagnóstico já produzido sobre as principais tendências do clima futuro no país: o primeiro relatório de avaliação nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), criado em 2009 pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

(Adaptado de Marcos Pivetta. Revista Fapesp, agosto de 2013, p. 16-17)

O assunto central do texto é

- A) a censura velada à ausência de metas de conscientização da população para a necessária sustentabilidade das condições ambientais.
- B) o esboço de um cenário climático futuro, marcado por extremos em todo o país, ainda que essas previsões possam sofrer eventuais alterações.

- C) a constatação dos perigos decorrentes de catástrofes climáticas que têm ocorrido no Brasil, embora os dados atuais não sejam inteiramente confiáveis.
- D) o balanço sobre as alterações climáticas no Brasil, em particular as manifestações extremas, fenômenos cada vez mais frequentes no país.
- E) a observação de fenômenos climáticos extremos que têm ocorrido em todo o país, apesar do controle ambiental exercido por órgãos governamentais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Noções de organização administrativa

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q15.

Considere as seguintes situações:

I. Após sete anos de exercício da função, em primeiro grau, um juiz perde o cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado.

II. É determinada a remoção de certo magistrado, contrariamente à sua vontade, por motivo de interesse público, conforme decisão do voto da maioria absoluta do tribunal a que pertence.

III. Determinado magistrado, membro de Tribunal de Justiça estadual, sofre redução em seu subsídio mensal, a fim de que este seja adequado ao valor fixado para o do Governador do Estado.

Seria incompatível com a Constituição da República, por infringir garantia que esta expressamente outorga aos juízes, o que consta em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2014 / FCC

Q16.

A Administração pública de determinada esfera promoveu planejamento e reestruturação de sua organização, cujo resultado recomendou a criação de uma autarquia para desempenho de serviço público, uma empresa estatal para desempenho de atividade econômica e uma fundação para atrelar recursos e patrimônios fundiários necessários para ditar a política agrária. O movimento levado a efeito pelo ente federado demonstra que a organização administrativa seguiu o modelo de

- A) desconcentração, utilizando pessoas jurídicas distintas para distribuição de competências.
- B) descentralização administrativa vertical, na qual se instaura hierarquia entre os entes das diversas pessoas políticas criadas.
- C) descentralização política, na qual se instaura vínculo hierárquico entre os diversos entes e pessoas jurídicas envolvidas, subordinados ao Chefe do Poder Executivo.
- D) desconcentração política, na qual se instaura vínculo hierárquico entre as diversas pessoas políticas e jurídicas envolvidas, não obstante esses entes guardem algum grau de autonomia.
- E) descentralização, por meio da qual há distribuição de competências entre as pessoas jurídicas envolvidas, que detêm capacidade de autoadministração e não se subordinam por vínculo hierárquico com o Chefe do Executivo.

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Conceito, requisitos e atributos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/RO / 2013 / FCC

Q17.

A imperatividade dos atos administrativos

- A) significa o poder de executar os atos administrativos de forma autônoma pela Administração pública, isto é, sem necessidade de intervenção do Judiciário.
- B) não é considerada atributo de tais atos.
- C) existe em todos os atos administrativos.
- D) é característica pela qual os atos administrativos impõem-se a terceiros independentemente de sua concordância.
- E) é característica presente também nos atos de direito privado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Classificação e espécies

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ADMINISTRATIVA / MPE/SE / 2013 / FCC

Q18.

Um Secretário de Estado toma conhecimento de ilícito administrativo praticado por determinado servidor público integrante de seu órgão. Com a notícia, publica portaria com indicação de membros da comissão processante para apuração dos elementos necessários à identificação dos fatos e de sua autoria. Obedecidos todos os trâmites legais, a comissão oferece relatório conclusivo para a autoridade competente para o julgamento que, a partir dos elementos constantes dos autos e da sua valoração, aplica a pena de demissão ao servidor faltoso. Neste caso hipotético, o ato administrativo de publicação da portaria para apuração de responsabilidade é

- A) vinculado, pois a apuração do ilícito administrativo depende do juízo de conveniência e oportunidade da autoridade.
- B) vinculado, assim como o ato administrativo da autoridade que aplica a pena ao servidor público.
- C) discricionário, assim como o ato administrativo da autoridade que aplica a pena ao servidor público.
- D) discricionário, enquanto que o ato administrativo que estabelece a pena é vinculado.
- E) vinculado, embora o ato administrativo editado pela autoridade que aplica a pena ao servidor seja discricionário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Agentes públicos / Espécies e classificação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 2ª / 2012 / FCC

Q19.

Em sentido amplo, "agentes públicos" são todos os indivíduos que, a qualquer título, exercem uma função pública, remunerada ou gratuita, permanente ou transitória, política ou meramente administrativa, como prepostos do Estado.

Diante deste conceito, considere:

- I. Pessoas que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do poder público habilitante.
- II. Particulares que recebem a incumbência de exercer determinada atividade, obra ou serviço público e o fazem em nome próprio, por sua conta e risco, sob a permanente fiscalização do respectivo Poder Público.

As descrições acima correspondem, respectivamente, à seguinte classificação de agentes públicos:

- A) delegados e políticos.
 - B) administrativos e políticos.
 - C) honoríficos e servidores públicos.
 - D) credenciados e delegados.
 - E) honorários e credenciados.
-

Noções de Direito Administrativo / Agentes públicos / Cargo, emprego e função públicos

Fonte: AUDITOR / TCE/SP / 2013 / FCC

Q20.

De acordo com a Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público. Tal comando constitucional traz como consequência a antijuridicidade do provimento de cargo público mediante

- A) transposição.
- B) readaptação.
- C) reversão.
- D) aproveitamento.
- E) recondução.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Hierárquico

Fonte: Técnico Judiciário - Área Administrativa / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q21.

A possibilidade de autoridade superior de órgão da Administração direta revogar ou anular atos praticados por seus subordinados, nos termos da lei, é exteriorização do poder

- A) Hierárquico.
- B) Disciplinar.
- C) Regulamentar.
- D) Normativo.
- E) de Tutela.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Disciplinar

Fonte: ASSESSOR Técnico DE CONTROLE INTERNO / Assembleia Legislativa/RN / 2013 / FCC

Q22.

O poder disciplinar se caracteriza

- A) pelo poder que detém o superior hierárquico para dar ordens aos administrados.
- B) pela existência de níveis de subordinação entre os órgãos e agentes públicos da mesma pessoa jurídica.
- C) pelo dever de obediência dos servidores públicos e seus superiores hierárquicos.
- D) pela faculdade da Administração pública para aplicar sanção disciplinar aos seus servidores.
- E) pelo dever da Administração pública em apurar infrações e aplicar penalidades aos seus servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Regulamentar

Fonte: Técnico - Administrativa / DPE/RS / 2013 / FCC

Q23.

O Secretário de Estado da Justiça editou decreto para regulamentar o horário de atendimento dos fóruns estaduais, estabelecendo, diversamente do previsto na legislação estadual, que o atendimento aos advogados seria feito no período da tarde. A medida é

- A) legal quanto à competência e ilegal quanto ao objeto, na medida em que não poderia ter contrariado a legislação estadual, devendo o decreto apenas explicitar os termos da lei.
- B) legal, desde que o decreto não tenha restringido o número de horas de atendimento franqueadas aos advogados, apenas concentrado a disponibilidade delas no período da tarde.
- C) inconstitucional, na medida em que a competência para editar decretos é privativa do Chefe do Executivo, não podendo o Secretário de Estado fazê-lo.

- D) constitucional quanto à forma, pois a competência para edição de decretos é passível de delegação, mas é ilegal quanto ao conteúdo, pois contrariou a legislação vigente.
- E) inconstitucional quanto à forma, pois a competência para edição de decretos é privativa do Chefe do Executivo, mas é legal quanto ao conteúdo, tendo em vista que a medida se encaixa na competência para edição de decretos autônomos, uma vez que trata da organização da administração.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / De polícia

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/RO / 2013 / FCC

Q24.

Considere as seguintes atividades:

- I. Limita direitos.
- II. Disciplina direitos.
- III. Regula a prática de ato.
- IV. Regula a abstenção de fato.

Considera-se poder de polícia, desde que preenchidos os demais requisitos legais, as atividades da Administração pública descritas em

- A) I e III, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Uso e abuso do poder

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2012 / FCC

Q25.

Quando o agente público atua fora dos limites de sua competência ele comete:

- A) desvio de poder.
- B) omissão.
- C) improbidade administrativa.
- D) excesso de poder.
- E) prevaricação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Licitação / Princípios, dispensa e inexigibilidade

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2014 / FCC

Q26.

Determinada empresa estatal fabrica aeronaves de diversos tipos, tendo reconhecimento internacional quanto à qualidade de seus modelos. O ente federado que autorizou a criação da referida empresa precisa adquirir uma

aeronave para servir ao deslocamento de autoridades em missões oficiais. Para o ente federado adquirir a aeronave da empresa estatal

- A) poderá fazê-lo diretamente, tendo em vista que entre entes públicos não incide a lei de licitações.
- B) poderá fazê-lo diretamente, tendo em vista que incide hipótese de dispensa de licitação em face da natureza do bem.
- C) deverá fazê-lo diretamente com a empresa estatal que a fabrica, diante de hipótese de inexigibilidade de licitação, visto que não se instaura competição entre entes da mesma esfera de governo.
- D) poderá fazê-lo diretamente, desde que a empresa já existisse por ocasião da promulgação da lei de licitações e que o preço da aquisição seja comprovadamente compatível com os valores praticados no mercado.
- E) deverá fazê-lo por meio de licitação, tendo em vista que a aquisição de bens pela Administração pública somente pode ser feita pelo critério do menor preço, mesmo nas hipóteses de dispensa do certame.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Licitação / Modalidades

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2014 / FCC

Q27.

Difere o pregão das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/1993, dentre outras características,

- A) porque essa modalidade de licitação não admite a interposição de recurso por parte dos competidores, com vistas a dar maior celeridade à contratação.
- B) porque permite a alteração do valor da aquisição após a celebração do contrato, em razão da mutabilidade ínsita à natureza da avença.
- C) pela possibilidade de apresentação de novos lances verbais pelo autor da oferta de valor mais baixo, além dos outros licitantes que tiverem proposto valores até 10% superiores àquele.
- D) pela oralidade da instrução, que prescinde da formalização escrita em suas diversas fases.
- E) pela fase de lances verbais, da qual participam todos os qualificados na fase de habilitação, inclusive com possibilidade de apresentação de novos lances.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controles administrativo, judicial e legislativo

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - JURÍDICA / TCE/AP / 2012 / FCC

Q28.

Um município do Estado do Amapá realizou certame licitatório para o fornecimento parcelado de cestas básicas ao setor da Assistência Social, sagrando-se vencedora empresa sediada no Estado de São Paulo. A competência para a fiscalização do procedimento licitatório e da execução contratual cabe ao

- A) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- B) Tribunal de Contas do Estado do Amapá.
- C) Tribunal de Contas do Estado do Amapá quanto à licitação e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação à execução contratual.
- D) Tribunal de Contas da União, uma vez que envolve mais de um Estado da Federação.
- E) Tribunal de Contas do Estado do Amapá e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conjunto.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Responsabilidade civil do Estado

Fonte: TÉCNICO - ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2013 / FCC

Q29.

A responsabilidade civil do Estado, quando na modalidade objetiva, dispensa a comprovação de um elemento formador do liame de responsabilidade e exige a presença de outro, quais sejam:

- A) nexa de causalidade e força maior.
- B) culpa e nexa de causalidade.
- C) culpa e força maior.
- D) nexa de causalidade e dano.
- E) dano e culpa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Constituição: Conceito, classificações, princípios fundamentais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q30.

A dignidade da pessoa humana, no âmbito da Constituição Brasileira de 1988, deve ser entendida como

- A) uma exemplificação do princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade reconhecida pela Constituição.
- B) um direito individual garantido somente aos brasileiros natos.
- C) uma decorrência do princípio constitucional da soberania do Estado Brasileiro.
- D) um direito social decorrente de convenção internacional ratificada pelo Estado Brasileiro.
- E) um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q31.

Nos termos da Constituição da República, exige-se ordem judicial para

- A) efetuar a prisão de alguém em flagrante delito.
- B) utilização, no processo, de provas obtidas por meios ilícitos.
- C) entrar na casa de um indivíduo, sem seu consentimento, exceto para prestar socorro.
- D) quebra do sigilo das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal.
- E) extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Noções de Direito Processual Civil

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos sociais

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO / TCE/PI / 2014 / FCC

Q32.

Os direitos sociais dos trabalhadores compreendem seu direito de filiação a entidades sindicais, que

- A) não representam os membros aposentados da categoria profissional ou econômica, os quais são excluídos das eleições para a diretoria dos sindicatos.
- B) podem estabelecer por meio de suas assembleias gerais, além das contribuições de natureza tributária previstas em lei, contribuição para custeio do sistema confederativo.
- C) devem observar o princípio da unicidade, que veda a constituição de mais de uma organização sindical, na mesma base territorial, que poderá ser inferior à área de um município.

- D) são livremente constituídas e organizadas, sem possibilidade de interferência do Estado, salvo para a aprovação de seus estatutos.
- E) podem participar, desde que convocadas pela Justiça do Trabalho, das negociações coletivas de trabalho.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Nacionalidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 16ª / 2014 / FCC

Q33.

Pietro, nascido na Itália, naturalizou-se brasileiro no ano de 2012. No ano de 2011, Pietro acabou cometendo um crime de roubo, cuja autoria foi apurada apenas no ano de 2013, sendo instaurada a competente ação penal, culminando com a condenação de Pietro, pela Justiça Pública, ao cumprimento da pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por sentença transitada em julgado. Neste caso, nos termos estabelecidos pela Constituição federal, Pietro

- A) não poderá ser extraditado, tendo em vista a quantidade de pena que lhe foi imposta pelo Poder Judiciário.
- B) não poderá ser extraditado, pois o crime foi cometido antes da sua naturalização.
- C) poderá ser extraditado.
- D) não poderá ser extraditado, pois não cometeu crime hediondo ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afim.
- E) não poderá ser extraditado, pois a sentença condenatória transitou em julgado após a naturalização.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Cidadania e direitos políticos

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO / TCE/PI / 2014 / FCC

Q34.

A cidadania passiva, ou seja, o direito de ser votado nas eleições, submete-se às condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, as quais

- A) devem ser reguladas por lei complementar, que definirá seus contornos concretos.
- B) compreendem a exigência de domicílio eleitoral na circunscrição, que equivale ao domicílio civil do candidato.
- C) pressupõem a filiação partidária, com exceção dos candidatos ao cargo de Juiz de Paz, inserido no Poder Judiciário.
- D) definem a idade mínima para os diferentes cargos eletivos, que deve ser considerada na data da posse.
- E) são excepcionadas nas eleições indiretas para o Poder Executivo, no caso de vacância dos cargos de titular e vice nos últimos dois anos de mandato.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Partidos políticos

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO / TCE/PI / 2014 / FCC

Q35.

O regime constitucional dos partidos políticos

- A) permite a criação de cláusula de desempenho, relacionada com a gradação dos votos obtidos pela agremiação, que repercute em seu funcionamento parlamentar.
- B) assegura a participação nas eleições após a aquisição de sua personalidade jurídica, o que se dá mediante registro no Tribunal Superior Eleitoral.
- C) possibilita a formação de agremiações com caráter regional, voltadas à defesa de interesses dos cidadãos de um conjunto definido de estados da federação.
- D) incentiva a internacionalização das agremiações, que podem buscar financiamento para suas campanhas junto a entidades internacionais.
- E) autoriza as coligações partidárias, que não precisam guardar vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização político-administrativa / União

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 16ª / 2014 / FCC

Q36.

Nos termos preconizados pela Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- A) fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- B) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- C) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.
- D) conceder anistia.
- E) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização político-administrativa / Estados, Distrito Federal e territórios

Fonte: ASSESSOR TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO / Assembleia Legislativa/RN / 2013 / FCC

Q37.

Quanto à organização dos Poderes estaduais,

- A) a eleição dos Deputados Estaduais realiza-se, simultaneamente, com a dos Prefeitos e Governadores.
- B) a Assembleia se compõe de Deputados e de Vereadores, representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto e por sufrágio universal.
- C) o número de Deputados da Assembleia corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, é acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- D) a iniciativa das leis complementares e ordinárias estaduais cabe, exclusivamente, a qualquer Deputado ou ao Governador do Estado.
- E) a matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de um terço dos membros da Assembleia Legislativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização político-administrativa / Municípios

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTORIA LEGISLATIVA - ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS / ALEPE / 2014 / FCC

Q38.

De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei

- A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
- B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
- D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
- E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Administração pública / Disposições gerais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q39.

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, quanto à responsabilidade por danos causados a terceiro,

- A) apenas responderão pelos danos que seus agentes causarem se houver prova de dolo.
- B) responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem, independentemente de dolo ou culpa.
- C) apenas responderão pelos danos que seus agentes causarem em caso de culpa.
- D) não responderão pelos danos causados por seus agentes.
- E) responderão pelos danos causados, desde que seus agentes tenham sido condenados em ação anterior ao ressarcimento.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Administração pública / Servidores públicos

Q40.

Considerando os dispositivos constitucionais referentes à Administração pública, é correto afirmar:

- A) A proibição de acumular cargos, prevista na CF, não se estende aos empregos e funções das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- B) As autarquias serão criadas por decreto presidencial específico, que será submetido ao Congresso Nacional para apreciação.
- C) São imprescritíveis os ilícitos que causem prejuízo ao erário, bem como as respectivas ações de ressarcimento.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- E) Os atos de improbidade importarão, dentre outras penas, suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder Legislativo / Congresso Nacional

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 16ª / 2014 / FCC

Q41.

Considere as seguintes atribuições:

- I. Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- II. Fixar os subsídios dos Ministros de Estado, observadas as demais normas constitucionais.
- III. Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- IV. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

De acordo com o disposto na Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional, dentre outras, as atribuições indicadas APENAS em

- A) I, II e III.
- B) II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I e IV.
- E) II e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder Legislativo / Câmara dos Deputados

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª CATEGORIA / SEFAZ/RJ / 2014 / FCC

Q42.

Alterar a Constituição da República, para que uma parte dos Deputados Federais seja eleita por outro sistema que não o proporcional,

- A) é possível, mediante proposta de emenda constitucional discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, aprovada pela obtenção, em ambos, de três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B) é possível, mediante proposta de emenda constitucional a ser discutida e votada no Congresso Nacional, em sessão unicameral, aprovada pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- C) não é possível, pois a referida alteração deve ser feita por meio da manifestação do Poder Constituinte Originário.
- D) é possível, mediante a aprovação de projeto de lei complementar pelo voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em um só turno de discussão e votação.
- E) é possível, mediante a aprovação de decreto legislativo baseado em proposta de iniciativa popular subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Noções de Direito Constitucional / Poder Legislativo / Senado Federal

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª CATEGORIA / SEFAZ/RJ / 2014 / FCC

Q43.

A competência para fixar as alíquotas máximas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, de quaisquer bens ou direitos, cabe

- A) à Assembleia Legislativa do respectivo Estado ou à Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- B) ao Senado Federal.
- C) ao Presidente da República.
- D) ao Congresso Nacional.
- E) ao Governador do respectivo Estado ou do Distrito Federal.

Noções de Direito Constitucional / Poder Legislativo / Deputados e senadores

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q44.

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Vera, Senadora, perdeu seu mandato uma vez que praticou procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- II. Fabiula, Senadora, perdeu seu mandato porque sofreu condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- III. Gustavo, Senador, perdeu seu mandato porque teve suspenso seus direitos políticos.
- IV. Isabella, Senadora, perdeu seu mandato porque deixou de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da respectiva Casa.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa, nas hipóteses indicadas APENAS em

- A) I, II e III.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) II, III e IV.
- E) I e IV.

Noções de Direito Constitucional / Poder Executivo / Atribuições do Presidente da República

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO / TCE/PI / 2014 / FCC

Q45.

Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República,

- A) a condenação se dá por votação do Senado Federal, sendo proferida por decisão da maioria absoluta de seus membros.
- B) as condutas típicas devem ser definidas em lei especial, que estipulará regras de processo e de julgamento.
- C) a condenação do Presidente da República por crime de responsabilidade implica a perda do mandato e dos direitos políticos, pelo prazo de oito anos.
- D) o Presidente da República ficará suspenso de suas funções a partir da admissão, pela Câmara dos Deputados, da acusação contra ele formalizada.
- E) passados cento e oitenta dias do afastamento, sem conclusão do processo por crime de responsabilidade, este fica prejudicado, retornando o Presidente da República ao exercício de suas funções.

Noções de Direito Constitucional / Poder Executivo / Ministros de Estado

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2012 / FCC

Q46.

A Presidente da República Federativa do Brasil, no exercício de suas funções, pretende delegar uma de suas atribuições expressamente previstas na Constituição Federal de 1988. Nesta hipótese, poderá a Presidente da República delegar sua competência privativa para

- A) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, ao Presidente do Congresso Nacional.
- B) prover Cargos Públicos federais na forma da Lei, a um dos Ministros de Estado.
- C) nomear e exonerar os Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República.
- D) convocar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, ao Advogado Geral da União.
- E) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição a um dos Ministros de Estado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder Judiciário / Disposições gerais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 16ª / 2014 / FCC

Q47.

Mário é Juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão, ocupando atualmente o cargo de Juiz Titular de determinada Vara Cível da Comarca de São Luís, figurando como o Magistrado mais antigo na Lista de Antiguidade na sua entrância. Aberto concurso de promoção para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão pelo critério de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto

- A) fundamentado de no mínimo dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- B) fundamentado da maioria simples de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- C) de no mínimo dois terços de seus membros, mediante procedimento próprio e com voto secreto.
- D) fundamentado de no mínimo metade de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- E) da maioria simples de seus membros, mediante procedimento próprio e com voto secreto.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder Judiciário / Órgãos do Poder judiciário

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q48.

Após reorganização administrativa, realizada com vistas a assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, determinado Tribunal Regional Federal alterou sua composição e forma de atuação do seguinte modo:

I. nove membros, sendo dois nomeados dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, e os demais mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

II. promoção de justiça itinerante, por meio da realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, em equipamentos públicos e comunitários, nos limites territoriais da respectiva jurisdição.

III. funcionamento descentralizado, por meio da constituição de Câmaras regionais, mantida, no entanto, sua sede no local determinado em lei.

É compatível com a disciplina da matéria na Constituição da República o que consta em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder Judiciário / Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Q49.

Nos termos preconizados pela Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça será composto, dentre outros membros, por um

- A) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho indicado pelo Presidente da República.
- B) juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) juiz do trabalho, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E) juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Funções essenciais à Justiça / Advocacia

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2012 / FCC

Q50.

A Constituição da República prevê, igualmente, para a Advocacia-Geral da União e os Procuradores do Estado que:

- A) se organizam em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- B) têm assegurada a garantia da inamovibilidade, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, fixadas em lei complementar federal, que organizará a instituição a que pertencem e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.
- C) exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, exceto na execução da dívida ativa de natureza tributária, em que a representação dos Estados cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- D) têm estabilidade assegurada decorridos dois anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- E) são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Funções essenciais à Justiça / Defensoria pública

Fonte: TÉCNICO - ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2013 / FCC

Q51.

A função estabelecida constitucionalmente à Defensoria Pública consiste em

- A) defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.
- B) desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- C) promover a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- D) fiscalizar as atividades desempenhadas pelo Poder Executivo e a implantação de políticas públicas essenciais.
- E) elaborar projetos de lei voltados à melhoria das condições de vida da população carente e à erradicação da pobreza.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Lei nº 6.404/1976, suas alterações e legislação complementar. / Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 5ª / 2013 / FCC

Q52.

Considere as seguintes assertivas sobre retificações de erros:

I. Um erro de período anterior deve ser corrigido por reapresentação retrospectiva, salvo quando for impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo do erro.

II. A retificação de erro de período anterior deve ser excluída dos resultados do período em que o erro é descoberto.

III. As mudanças nas estimativas contábeis à medida que se conhece informação adicional, se constitui retificação de erro.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) I, II e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q53.

Considere as seguintes informações:

- A empresa A produz equipamentos especiais.
- A empresa B adquiriu alguns desses equipamentos para revendê-los, dentro do seu ciclo operacional.
- A empresa C adquiriu da empresa B dois desses equipamentos para utilizá-los em seu processo produtivo.
- A empresa D adquiriu o direito de usar a marca dos equipamentos da empresa A por 5 anos.

Os equipamentos adquiridos pelas empresas B e C e o direito de uso da marca adquirido pela empresa D são, respectivamente, classificados no Balanço Patrimonial das empresas B, C e D, no ativo

- A) não circulante, não circulante e não circulante.
- B) circulante, circulante e circulante.
- C) circulante, não circulante e não circulante.
- D) circulante, não circulante e circulante.
- E) não circulante, circulante e não circulante.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Contas patrimoniais e de resultado / Apuração de resultados.

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 5ª / 2013 / FCC

Q54.

A empresa Comercial S.A. realizou, em 31/12/2012, uma venda, do produto A, no valor total de R\$ 90.000,00, tendo recebido R\$ 30.000,00 à vista e o restante para ser recebido em 30/04/2014. Se o cliente tivesse efetuado a compra do produto A à vista, ele pagaria, no total, R\$ 83.000,00. Com base nestas informações e na regulamentação vigente, a empresa Comercial S.A. reconheceu, no momento da venda, uma receita de vendas de

- A) R\$ 90.000,00.
- B) R\$ 83.000,00.
- C) R\$ 30.000,00.
- D) R\$ 83.000,00 e uma receita financeira de R\$ 7.000,00.
- E) R\$ 90.000,00 e uma despesa financeira a apropriar de R\$ 7.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Contas patrimoniais e de resultado / Plano de contas.

Fonte: PROFISSIONAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / INFRAERO / 2009 / FCC

Q55.

São contas patrimoniais, de acordo com as normas contábeis vigentes até 31-12-2007:

- A) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Juros Ativos e Seguros a vencer.
- B) Despesas Antecipadas, Resultado Negativo na Equivalência Patrimonial e Juros Passivos.
- C) Resultado de Exercícios Futuros, Seguros a Vencer e Resultado da Equivalência Patrimonial.
- D) Juros Ativos, Juros Passivos e Estoque de mercadorias.

- E) Duplicatas Descontadas, Juros a Apropriar e Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Análise econômico-financeira / Indicadores de liquidez.

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q56.

O Balanço Patrimonial da Empresa Comerciante S.A., em 31/12/2013, era o seguinte:

Balanço Patrimonial em 31/12/2013			
Ativo Circulante	<u>13.000</u>	Passivo Circulante	<u>13.000</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.000	Fornecedores	5.000
Valores a receber de clientes	8.000	Empréstimos	6.000
Estoques	4.000	Diversas Contas a Pagar	2.000
Ativo Não Circulante	<u>8.600</u>	Passivo Não Circulante	<u>3.000</u>
Realizável no Longo Prazo	1.000	Empréstimos	2.000
		Provisão para Riscos Fiscais	1.000
Investimentos	4.000	Patrimônio Líquido	<u>5.600</u>
Imobilizado	2.000	Capital	4.000
Intangível	1.600	Reservas de Lucros	1.600
Total do Ativo	21.600	Total do Passivo e PL	21.600

Considere as afirmações abaixo, relativas a 31/12/2013:

- O Índice de Liquidez Corrente é 1,0.
- O Índice de Liquidez Seca é, aproximadamente, 0,69.
- O Grau de Endividamento em relação aos recursos totais é 60%.
- A concentração da dívida no curto prazo é, aproximadamente, 81%.
- O Índice de Imobilização dos recursos permanentes é, aproximadamente, 0,23.

Está correto o que consta APENAS em

- A) I.
- B) IV e V.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) III e V.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Análise econômico-financeira / Indicadores de rentabilidade.

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q57.

Considere os seguintes indicadores de rentabilidade da empresa DIX:

Indicadores	X1	X2
Giro do Ativo	1,1	1,2
Margem Líquida	7%	6,3%
Rentabilidade do Ativo	7,7%	7,56%

Com base nessas informações, é correto afirmar:

- A) De X1 para X2, a redução da margem líquida impactou negativamente a rentabilidade do ativo.
- B) Para cada R\$ 1,00 de investimento total, a empresa vendeu mais em X1 do que X2.
- C) Em X1, para cada R\$ 100,00 de receita líquida de vendas, a empresa obteve R\$ 7,70 de lucro líquido.
- D) Em X2, para cada R\$ 100,00 de investimento total, a empresa obteve R\$ 6,30 de lucro líquido.
- E) Para cada R\$ 100,00 vendidos, a empresa obteve maior lucro líquido em X2 do que em X1.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Análise econômico-financeira / Indicadores de lucratividade.

Fonte: PROFISSIONAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / INFRAERO / 2009 / FCC

Q58.

O índice de lucratividade sobre vendas, também denominado margem líquida sobre vendas, é obtido pela divisão do lucro

- A) líquido do exercício pela receita bruta de vendas.
- B) operacional pela receita bruta de vendas.
- C) bruto do exercício pela receita bruta de vendas.
- D) bruto do exercício pela receita líquida de vendas.
- E) líquido do exercício pela receita líquida de vendas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Análise econômico-financeira / Análise vertical e horizontal.

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - ADMINISTRAÇÃO / MPE/AP / 2012 / FCC

Q59.

Na análise de demonstrações financeiras, aquela de participação percentual ou de estrutura dos elementos dos Demonstrativos Contábeis é a de

- A) Indicadores Econômico-Financeiros.
- B) Análise Horizontal Real (AHR).
- C) Análise Horizontal (AH).
- D) Análise Prospectiva (AP).
- E) Análise Vertical (AV).

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas

Fonte: ANALISTA SUPERIOR II - AUDITOR / INFRAERO / 2011 / FCC

Q60.

Considere os dados de uma determinada aplicação em uma instituição financeira:

Valor do principal: R\$ 20.000,00

Período de aplicação: um ano

Valor do montante no final do período de aplicação: R\$ 21.924,00

Taxa real de juros da aplicação no período de aplicação: 5%

A taxa de inflação no período da aplicação foi igual a

- A) 5,22%.
- B) 4,62%.
- C) 4,40%.
- D) 4,00%.
- E) 3,96%.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Destinação de resultado

Fonte: ANALISTA PERICIAL - CONTABILIDADE / MPU / 2007 / FCC

Q61.

Considere o caso abaixo, as informações nele fornecidas, bem como os dispositivos constantes a respeito do assunto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

As seguintes informações foram extraídas da contabilidade da Cia. XYZ em 31/12/2005:

- Saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, antes do lançamento do resultado do exercício de 2005: devedor em R\$ 20.000,00;
- Lucro líquido de 2005, antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas: R\$ 260.000,00;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: R\$ 18.000,00;
- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas: R\$ 30.000,00.

O estatuto da companhia prevê o pagamento das seguintes participações nos lucros:

- Empregados: 10%
- Administradores: 5%
- Contribuições para fundo de assistência e previdência dos empregados: 5%

A base de cálculo da participação dos empregados no lucro correspondeu, em R\$, a

- A) 260.000,00.
- B) 240.000,00.
- C) 212.000,00.
- D) 210.000,00.
- E) 192.000,00.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Custos para avaliação de estoques

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRE/RN / 2011 / FCC

Q62.

A Cia. Campos Verdes apresentou os seguintes dados no mês de setembro de 2010, em R\$:

Consumo de Materiais Diretos	100.000,00
Mão de Obra Direta	80.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	60.000,00
Custo dos Produtos Vendidos.....	470.000,00

Custos Indiretos de Fabricação..... 240.000,00

Estoque Inicial de Produtos Acabados..... 110.000,00

Estoque Final de Produtos em Elaboração..... 70.000,00

O Custo da Produção Acabada e o Estoque Final de Produtos Acabados, neste mês, equivaleram, respectivamente, a, em R\$,

- A) 410.000,00 e 50.000,00.
- B) 420.000,00 e 40.000,00.
- C) 480.000,00 e 50.000,00.
- D) 410.000,00 e 40.000,00.
- E) 420.000,00 e 60.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Sistemas de custos e informações gerenciais

Fonte: PROFISSIONAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / INFRAERO / 2011 / FCC

Q63.

A Cia. Industrial ao analisar sua estrutura de custos obteve as seguintes informações:

Custo A	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	200 unidades	\$ 10	\$ 2.000
	300 unidades	\$ 10	\$ 3.000

Custo B	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	200 unidades	\$ 6	\$ 1.200
	300 unidades	\$ 4	\$ 1.200

Com base nas informações, é correto afirmar que os custos A e B são, em relação a uma unidade de produto, respectivamente,

- A) variável e fixo.
- B) fixo e variável.
- C) fixo e direto.
- D) variável e variável.
- E) fixo e fixo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Estudo da relação custo versus volume versus lucro

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRE/AP / 2011 / FCC

Q64.

A empresa Colorir e Brincar produz três produtos K, L, M. Considerando as quantidades produzidas no período e o critério de alocação de custos e despesas fixos adotado pela empresa, as informações referentes a cada um dos produtos são apresentadas na tabela a seguir, em reais:

Produtos	K	L	M
Preço de venda (unitário)	55	50	45
Custos fixos (unitário)	15	5	15
Custos variáveis (unitário)	25	15	5
Despesas fixas (unitário)	3	3	3
Despesas variáveis (unitário)	5	15	5

Supondo que o objetivo seja a maximização do lucro, a empresa deve incentivar a venda de seus produtos, em ordem de prioridade,

- A) K, L e M.
- B) L, K e M.
- C) L, M e K.
- D) M, L e K.
- E) M, K e L.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) / Balanço patrimonial.

Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - CONTABILIDADE / MPE/RN / 2012 / FCC

Q65.

Uma empresa, em janeiro de 2012, adquire à vista um ativo no valor de R\$ 24 milhões, cuja decisão sobre a sua utilização, pela entidade, será definida após 2017, quando então será elaborado o próximo planejamento de expansão da empresa com vigência para o período 2017-2021.

Na ocasião da aquisição deste item, o mesmo deve ser registrado em conta do ativo

- A) imobilizado.
- B) investimentos.
- C) diferido.
- D) realizável a longo prazo.
- E) intangível.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) / Demonstração do resultado do exercício.

Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - CONTABILIDADE / MPE/RN / 2012 / FCC

Q66.

Os itens evidenciados na Demonstração de Resultado de Exercício são:

- A) a reserva legal e as participações de debêntures.
- B) o lucro líquido do exercício e as retenções de reservas de capital.
- C) as retenções dos lucros e as participações dos empregados nos lucros.
- D) o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- E) a reserva de incentivos fiscais e as receitas realizadas e as despesas incorridas no período.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) / Demonstração do valor adicionado.

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª CATEGORIA / SEFAZ/RJ / 2014 / FCC

Q67.

Determinada empresa comercial apresentava as seguintes informações referentes ao primeiro semestre de 2013:

Receita Bruta de Vendas	R\$ 500.000,00
(-) Impostos sobre vendas	R\$ 90.000,00
(=) Receita Líquida	R\$ 410.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 220.000,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 190.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	R\$ 20.000,00
Despesa com salários	R\$ 10.000,00
(=) Lucro antes do IR e CSLL	R\$ 160.000,00
(-) IR e CSLL	R\$ 24.000,00
(=) Lucro Líquido	R\$ 136.000,00

Sabe-se que o valor dos tributos recuperáveis referentes às mercadorias comercializadas no primeiro semestre foi R\$ 30.000,00 e, além da obrigação assumida com fornecedores, nenhum gasto adicional foi necessário para colocar as mercadorias em condições de serem vendidas. Com base nestas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa, no primeiro semestre de 2013, foi

- A) R\$ 230.000,00.
- B) R\$ 410.000,00.
- C) R\$ 190.000,00.
- D) R\$ 280.000,00.
- E) R\$ 250.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Controle de estoques: PEPS, UEPS e média ponderada móvel

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 23ª / 2011 / FCC

Q68.

A Cia. Comercial Estrela da Manhã mantém controle permanente de estoques. A companhia, em ordem cronológica, fez as seguintes aquisições e vendas de uma determinada mercadoria no primeiro mês de exercício de suas atividades (no custo unitário dos estoques, já estão deduzidos os impostos recuperáveis e os abatimentos e descontos incondicionais obtidos):

- compra de 100 unidades a R\$ 20,00 cada uma;
- compra de 150 unidades a R\$ 22,00 cada uma;
- venda de 200 unidades a R\$ 50,00 cada uma;
- compra de 150 unidades a R\$ 24,00 cada uma;
- venda de 60 unidades a R\$ 52,00 cada uma.

A companhia utiliza o método PEPS para a avaliação de seus estoques. No final do mês, o valor do estoque final dessa mercadoria equivale a, em R\$,

- A) 2.880,00.
- B) 2.800,00.
- C) 3.360,00.
- D) 3.080,00.
- E) 3.520,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 5ª / 2013 / FCC

Q69.

A Cia. Reconhedora S.A. é uma empresa comercial e possuía, em 31/07/2013, a seguinte situação patrimonial:

Disponível	R\$ 100.000,00
Estoques	R\$ 30.000,00
Fornecedores	R\$ 20.000,00
Capital Social	R\$ 110.000,00

Durante o mês de agosto de 2013, a Cia. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
02/08/13	Venda de R\$ 15.000,00 do estoque por R\$ 50.000,00 para recebimento em setembro de 2013.
05/08/13	Pagamento antecipado ao Fornecedor Gama, no valor de R\$ 15.000,00. O Fornecedor Gama entregará as mercadorias em setembro de 2013.
15/08/13	Recebimento antecipado de R\$ 20.000,00 do Cliente A, para que a Cia. lhe entregue produtos em setembro de 2013.
19/08/13	Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 10.000,00, por mercadorias já entregues.
22/08/13	Recebimento de R\$ 20.000,00 das duplicatas a receber de clientes.
30/08/13	Pagamento dos salários dos funcionários referentes ao mês de agosto no valor de R\$ 15.000,00.
30/08/13	Pagamento de R\$ 10.000,00 referentes a um processo trabalhista.

Após o registro das operações acima, o total do Patrimônio Líquido da Cia. Reconhedora S.A., em 31/08/13, era

- A) R\$ 110.000,00.
- B) R\$ 120.000,00.
- C) R\$ 130.000,00.
- D) R\$ 140.000,00.
- E) R\$ 145.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q70.

Para responder às questões de números considere as variações patrimoniais definidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, e informações abaixo.

A prefeitura de determinado Município, na primeira quinzena de julho de 2014, realizou as seguintes despesas:

Despesas Realizadas	Valor R\$
Pagamento de conta de luz, água e telefone	250
Pagamento de serviços de pintura e funilaria em dois veículos	130
Aquisição de cinco computadores de mesa para o departamento de contabilidade	200
Pagamento de aluguel do mês de junho de 2014	70
Aquisição de dois veículos novos	150

As variações patrimoniais quantitativas somam, em R\$,

- A) 250.
- B) 200.
- C) 450.
- D) 150.
- E) 330.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Sistema de Contabilidade Federal e Transações no setor público

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - CONTABILIDADE / ALEPE / 2014 / FCC

Q71.

Em uma entidade pública governamental, o recebimento de depósito caução gera lançamentos contábeis em contas com informação de natureza

- A) patrimonial, apenas.
- B) patrimonial e típica de controle, apenas.
- C) orçamentária e típica de controle, apenas.
- D) orçamentária, apenas.
- E) orçamentária e patrimonial, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Conceituação, objeto e campo de aplicação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q72.

O reconhecimento da despesa de pessoal do mês de dezembro, no próprio mês, independentemente de seu pagamento atende ao princípio

- A) da transparência.
- B) da competência.
- C) misto.
- D) da prudência.
- E) da publicidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Patrimônio, variações e sistemas contábeis

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q73.

Com relação às receitas orçamentárias, a transação que NÃO provoca efeito sobre o Patrimônio Líquido da entidade do setor público é

- A) a alienação de bens imóveis.
- B) o recebimento de aluguel de imóvel.
- C) o rendimento de aplicações financeiras.
- D) a devolução de caução.
- E) o recebimento de impostos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Registro contábil

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA / TCE/SP / 2012 / FCC

Q74.

A assinatura de um contrato de serviços de consultoria deve ser registrado, contabilmente, com o uso de contas de

- A) Controles Devedores e Controles Credores.
- B) Passivos e Variações Diminutivas.
- C) Ativos e Passivos.
- D) Controles Credores e Variações Diminutivas.
- E) Controles da Execução do Orçamento e Variações Patrimoniais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Demonstrações contábeis segundo a lei nº 4.320/1964

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 12ª / 2013 / FCC

Q75.

Nos termos da Lei nº 4.320/64, a Lei do Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, às empresas de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em

- A) Lei Especial.
- B) Lei Ordinária.
- C) Decreto Legislativo.
- D) Decreto Presidencial.
- E) Lei Delegada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Despesa pública / conceito, etapas, estágios e categorias econômicas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q76.

Para atender à insuficiência momentânea de caixa, uma entidade pública obteve um empréstimo no valor de R\$ 500.000,00, em 01/03/X1, com vencimento em dois meses. No dia 01/05/X1, a entidade pública liquidou o empréstimo com o pagamento de R\$ 510.000,00 à instituição bancária, sendo R\$ 10.000,00 de juros. Considerando as informações sobre este empréstimo, é correto afirmar que, no período de 01/03/X1 a 01/05/X1, houve uma

- A) despesa orçamentária de R\$ 510.000,00.
- B) despesa extraorçamentária de R\$ 510.000,00.
- C) despesa extraorçamentária de R\$ 500.000,00.
- D) receita extraorçamentária de R\$ 510.000,00.
- E) despesa orçamentária de capital de R\$ 10.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Receita pública / conceito, etapas, estágios e categorias econômicas

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO/ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRF 4ª / 2014 / FCC

Q77.

No primeiro bimestre de 2014, determinada entidade do setor público contratou operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, no valor de R\$ 450.000. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, a operação refere-se a uma

- A) receita de capital.
- B) dívida ativa.
- C) receita corrente.
- D) variação patrimonial quantitativa.
- E) entrada compensatória no ativo e passivo financeiros.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Execução orçamentária e financeira

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª CATEGORIA / SEFAZ/RJ / 2014 / FCC

Q78.

Considere as informações a seguir sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de 2012, de uma unidade orçamentária estadual:

Elementos de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Cota Trimestral 1º Trimestre	Cota Trimestral 2º Trimestre	Cota Trimestral 3º Trimestre	Cota Trimestral 4º Trimestre
Equipamentos e Material Permanente	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	60.000,00	140.000,00
Material de Consumo	80.000,00	92.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção	190.000,00	210.000,00	60.000,00	40.000,00	70.000,00	40.000,00

As despesas são ordinárias e as cotas trimestrais foram definidas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária

- A) realizar despesa com a aquisição de gasolina automotiva para os veículos utilizados pela unidade orçamentária com o uso da dotação orçamentária de Passagens e Despesas com Locomoção.
- B) empenhar despesa referente à aquisição de um lote de computadores no valor de R\$ 100.000,00 no primeiro trimestre de 2012.
- C) realizar despesas referentes à aquisição de toners para impressora, papel, pen drives e material de limpeza de uso pela unidade orçamentária com valor máximo, no exercício financeiro de 2012, de R\$ 80.000,00.
- D) transferir o saldo remanescente de R\$ 140.000,00 referente à despesa com Equipamentos e Material Permanente para o exercício financeiro de 2013, por não ter sido possível cumprir as exigências legais para a sua realização.
- E) liquidar, no segundo trimestre de 2012, despesa empenhada no primeiro trimestre de 2012 com passagens aéreas no valor de R\$ 50.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Sistema de informações de custos no setor público

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - ORÇAMENTO E FINANÇAS / TCE/AP / 2012 / FCC

Q79.

A promoção da convergência das práticas contábeis brasileiras vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país, por meio da Lei Complementar no 131/09 que alterou a Lei Complementar no 101/00, combinado com a Portaria no 749/09 da STN/MF, bem como a Portaria no 406/11 e a norma NBCT 16.6 da Resolução CFC no 1.133/08, exige, para 2012, três novas demonstrações contábeis aplicadas às entidades do setor público da União, Estados e Distrito Federal, além das já exigidas nos artigos 101 a 106 da Lei no 4.320/64, das quais, a de divulgação facultativa, que tem o objetivo de evidenciar o resultado das ações do setor público, considerando sua interligação com o subsistema de custos, pois tem como premissa os seguintes conceitos: custo de oportunidade, receita econômica e custo de execução, corresponde à Demonstração de

- A) Resultado Econômico.
- B) Balanço Orçamentário.
- C) Mutações do Patrimônio Líquido.
- D) Variações Patrimoniais.
- E) Balanço Patrimonial.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Plano de contas aplicado ao setor público

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 16ª / 2014 / FCC

Q80.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC – T 16.2, o sistema contábil está estruturado em subsistemas de informações. Considerando as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é correto afirmar que o registro contábil de determinado contrato de serviços, quando a Administração pública participa como contratante, pertence ao subsistema de informações

- A) financeiro.
- B) orçamentário.
- C) patrimonial.
- D) passivo circulante.
- E) compensação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Sistema Integrado de Administração Financeira / conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRF 2ª / 2012 / FCC

Q81.

No SIAFI, um código estruturado que identifica o roteiro contábil completo de atos ou fatos administrativos é denominado

- A) célula orçamentária.
- B) conta.

- C) programa de trabalho.
- D) evento.
- E) plano interno.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Pública / Suprimento de Fundos

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - CONTABILIDADE / ALEPE / 2014 / FCC

Q82.

Considere as informações sobre Suprimentos de Fundos concedidos no segundo semestre de 2013 por uma entidade da Administração indireta estadual:

Suprimento	Objeto	Valor Concedido	Valor Aplicado	Data da Concessão	Data da Prestação de Contas	Data da Devolução de Valores não Aplicados
Servidor A	Aquisição de combustíveis em viagens	R\$ 300,00	R\$ 280,00	01/10/2013	29/11/2013	05/12/2013
Servidor B	Confecção de chaves	R\$ 500,00	R\$ 390,00	15/10/2013	06/01/2014	07/01/2014

Sabendo que os valores foram aplicados no exercício financeiro de 2013, a contabilização dos suprimentos de fundos, tomados em conjunto, gerou movimentação por

- A) crédito de R\$ 670,00 na conta "Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimentos de Fundos (F)" em 2013.
- B) débito de R\$ 800,00 na conta "Uso de Material de Consumo" em 2013.
- C) débito de R\$ 800,00 na conta "Atos Potenciais Ativos – Execução de Responsabilidades de Terceiros por valores, títulos e bens" em 2013.
- D) débito de R\$ 20,00 na conta "Crédito Disponível" em 2013.
- E) crédito de R\$ 110,00 na conta "Receita Realizada" em 2014.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Auditoria / Aspectos gerais – princípios e normas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q83.

O conceito genérico de auditoria de regularidade, adotado pelas Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, em sua revisão de 2011, atualmente é o

- A) processo que objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.
- B) exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para destinatários indeterminados.
- C) processo que objetiva examinar se as demonstrações contábeis evidenciam adequadamente, em seus aspectos relevantes, os atos e fatos concernentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial de acordo com a legislação pertinente, os princípios e as normas de contabilidade aplicáveis.
- D) processo cujo objetivo é o exame da legalidade e legitimidade dos atos de gestão em relação a padrões normativos expressos em normas técnicas ou jurídicas e regulamentos aplicáveis, bem como em relação a disposições de cláusulas de contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.
- E) processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual os critérios aplicáveis são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado, cujo objetivo é examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Auditoria / Diferenciação entre auditoria externa e interna / Auditoria interna; conceitos, funções, objetivos e atribuições

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRE/AL / 2010 / FCC

Q84.

Considere as seguintes assertivas:

I. As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna são denominadas de evidências, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e recomendação à administração da entidade.

II. Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade.

III. Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

Sobre auditoria, está correto o que se afirma APENAS em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.